

CLIPPING

Veículo: Agência FAPESP Data: 17/08/2012 Pág: Online

Gerenciamento dos impactos dos eventos climáticos extremos é debatido em São Paulo

Nos próximos anos, em função das mudanças climáticas globais, eventos climáticos extremos, como ondas de calor, recordes de temperaturas altas e fortes precipitação de chuvas, que ocorriam em intervalos de 20 anos, devem ocorrer com maior frequência, intensidade e duração do que há cinco décadas.

Porém, o que irá determinar o risco de desastres, que acarretam a perda de vidas humanas e prejuízos econômicos, como os causados por deslizamentos de terra desencadeados pelas fortes chuvas que assolaram o Rio de Janeiro no início de 2011, será o nível de vulnerabilidade e de exposição das populações a esses eventos climáticos extremos.

As conclusões são do Relatório Especial sobre Gestão dos Riscos de Eventos Climáticos e Desastres (SREX, na sigla em inglês), elaborado e recentemente publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Os resultados das avaliações feitas pelo IPCC no documento foram discutidos no dia 16 de agosto durante o workshop “Gestão dos riscos dos extremos climáticos e desastres na América Central e na América do Sul – O que podemos aprender com o Relatório Especial do IPCC sobre extremos?”.

Realizado pela FAPESP e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em parceria com o IPCC, o Overseas Development Institute (ODI) e a Climate and Development Knowledge Development (CKDN), ambos do Reino Unido, e apoio da Agência de Clima e Poluição e do Ministério de Relações Exteriores da Noruega, o objetivo do evento foi debater as conclusões do SREX e as opções para o gerenciamento dos impactos dos extremos climáticos, especialmente nas Américas do Sul e Central.

Um dos principais apontamentos do relatório, elaborado pelo IPCC à pedido do governo da Noruega e da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD) da Organização das Nações Unidas (ONU), é que os impactos dos eventos climáticos extremos dependem não só da natureza, mas do nível de vulnerabilidade e da exposição das pessoas ou grupos humanos em lugares onde possam ser afetados.

“Os desastres não são ‘naturais’, mas são conjunções de eventos climáticos ou meteorológicos naturais com a vulnerabilidade e a exposição a eles por uma sociedade ou grupo humano”, disse Vicente Barros, pesquisador do Centro de

Investigación del Mar y la Atmósfera (Cima) da Universidad de Buenos Aires, na Argentina, e co-presidente do Grupo de Trabalho II do SREX.

“Se o problema dos riscos climáticos é um conjunção destes três fatores, evidentemente, é preciso desenvolver estratégias para mitigá-los”, avaliou Barros. Uma das principais ações destacadas no relatório para diminuir os riscos de eventos climáticos é reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, que são a principal causa das mudanças climáticas.

Já para reduzir o nível de exposição das populações aos eventos climáticos extremos, os cientistas afirmam que é preciso aprimorar os sistemas de alertas e, em alguns casos, realocar as pessoas.

Por sua vez, para atenuar a vulnerabilidade humana aos riscos de desastres causados pelas mudanças do clima, o documento indica que é preciso implementar políticas de diminuição de pobreza e melhorar o nível educacional das populações para aumentar o grau de conscientização das pessoas sobre os riscos dos eventos climáticos extremos.

De acordo com dados do relatório, 95% dos desastres causados por eventos climáticos extremos no período de 1970 a 2008 ocorreram em países em desenvolvimento e apenas 5% em países desenvolvidos.

“Uma mensagem muito importante do relatório é que a maneira mais efetiva para aumentar a resistência das populações aos eventos climáticos extremos é melhorar as condições de desenvolvimento socioeconômico”, afirmou Sebastián Vicuña, professor da Pontificia Universidad Católica de Chile.

Necessidade de mais estudos sobre o Brasil

Composto por nove capítulos e quatro anexos, o SREX foi preparado ao longo de dois anos por 220 autores de 62 países, reunidos em dois grupos de trabalho do próprio IPCC: o Grupo I, que avalia a base física das mudanças climáticas, e o Grupo II, que trata dos impactos das alterações climáticas, adaptações e vulnerabilidades.

Os autores do documento responderam a mais de 20 mil comentários de representantes de governos, especialistas e agências internacionais, com aprovação do Sumário para Formuladores de Políticas, após reunirem-se por quatro dias em Kampala, na Uganda, em novembro.

Uma das deficiências identificadas pelos cientistas na elaboração do relatório foi a necessidade de realização de mais pesquisas sobre extremos climáticos relacionados às regiões do Brasil.

“Detectamos uma ausência de estudos, publicados em revistas indexadas, sobre extremos climáticos nas regiões do Brasil”, disse José Marengo, pesquisador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Inpe e membro do comitê organizador do evento.

“Só agora a Amazônia começou a aparecer nos estudos sobre os extremos climáticos, e ainda há poucos artigos científicos sobre outras regiões do país com o nordeste”, disse Marengo.

De acordo com o pesquisador, as análises sobre o Nordeste no relatório foram baseadas em artigos publicados em revistas científicas brasileiras da área, como a *Revista Brasileira de Meteorologia* e a *Revista Brasileira de Agrometeorologia*, que estão indexadas no SciELO (Bireme/FAPESP), o que representou uma conquista dos cientistas brasileiros no IPCC.

“Conseguimos, pela primeira vez, fazer referências de artigos publicados em revistas científicas brasileiras, que são indexadas e têm um comitê de revisores, em um relatório do IPCC”, disse Marengo.

“Isso representou a quebra de um tabu do IPCC, que só fazia referência a artigos científicos publicadas em revistas em inglês. Mas é preciso desenvolver mais estudos sobre eventos climáticos extremos em regiões brasileiras”, disse.

Outra área carente de pesquisas que os autores do relatório identificaram foi sobre estudos sobre os aspectos socioeconômicos dos impactos das mudanças climáticas. “Há muitos dados sobre a base física das mudanças climáticas, mas estão faltando mais estudos socioeconômicos em nível global”, apontou Barros.

De acordo com o pesquisador, a maioria dos estudos sobre os impactos socioeconômicos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas globais são publicados por instituições internacionais, como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Entretanto, apesar dessas informações serem consideradas importantes e valiosas, elas não passam pelo crivo científico. Por isso, não são utilizadas nos relatórios do IPCC.

Segundo Marengo, um dos pontos mais importantes do SREX, que é o mais novo relatório do IPCC, é que ele fornece informações mais atualizadas e analisa a questão dos extremos climáticos com maior nível de detalhe.

Entretanto, ainda apresenta limitações em termos de cobertura de dados e sobre os modelos utilizados para prever as mudanças climáticas globais, que devem ser mais clarificados no quinto relatório do IPCC, que está previsto para ser publicado em 2013.

“Muitas das informações publicadas no SREX serão atualizadas no quinto relatório do IPCC, por meio do qual esperamos ter uma melhor compreensão dos eventos climáticos extremos”, disse Marengo.

Contribuição de programa da FAPESP

Na avaliação de Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e membro da coordenação do Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), a publicação do quarto relatório do IPCC, em 2007, fez com que a discussão sobre os impactos das mudanças climáticas globais ganhasse uma grande popularidade no mundo.

Mas, segundo Nobre, em 2005 a diretoria científica da FAPESP já discutia sobre a necessidade de criar um programa de pesquisa voltado para o tema. “A diretoria científica da FAPESP teve uma visão estratégica e pioneira em criar o PFPMCG. A partir do programa, o governo federal também formulou uma série de programas voltados à área – em especial a Rede Brasileira sobre Mudanças Climáticas e Clima – , que interage estreitamente com o PFPMCG”, contou.

O diretor científico da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz, destacou no workshop que quando se começou a discutir sobre a criação do PFPMCG um dos objetivos definidos para o programa de pesquisa era estimular pesquisas sobre mudanças climáticas por pesquisadores do Estado de São Paulo e, por meio disso, fazer com que o Brasil viesse a ter uma posição de maior destaque e protagonismo no debate mundial sobre mudanças climáticas globais.

“Esse evento e outros do gênero realizados nos últimos anos mostram que a expectativa do programa está se cumprindo, com base no fato de haver uma articulação para o incentivo à pesquisa científica e tecnológica em temas relacionados às mudanças climáticas globais”, disse Brito Cruz.

Celso Lafer, presidente da FAPESP, destacou o papel que o IPCC tem exercido na formulação de políticas globais para mitigar os impactos das mudanças climáticas globais.

“O IPCC é uma plataforma de conhecimento que foi decisiva para que se assinasse na RIO92 a Convenção de Clima. Dou meu testemunho como ministro das Relações Exteriores naquela ocasião e justamente porque tenho acompanhado no campo diplomático essas negociações”, disse.

“É minha profunda convicção de que as negociações climáticas só poderão ser apropriadamente encaminhadas se tiverem o lastro do conhecimento de qualidade, como o fornecido pelo IPCC”, disse Lafer.